

# O movimento estudantil no interior paulista e a resistência à ditadura: os acadêmicos de Piracicaba/SP (1964 a 1982)\*1

*Rodrigo Sarruge Molina*

## Considerações teórico-metodológicas

O referencial teórico-metodológico utilizado para a análise do objeto de estudo – o movimento estudantil piracicabano – é baseado no materialismo histórico-dialético, especialmente na escola italiana gramsciana (Gramsci, 2002).

Portanto, na busca pelo entendimento da trajetória da História do Movimento Estudantil, em Piracicaba, propusmo-nos a investigar as relações entre os diversos estudantes na cidade de Piracicaba (o local) com a sociedade brasileira sob a ditadura (o nacional).

Assim, o particular e o geral estiveram articulados dentro de uma totalidade dinâmica dentro de um recorte cronológico que abrange os anos de 1964 a 1982. Logo, não foi possível compreender o Movimento Estudantil em Piracicaba isoladamente, pois grande parte das dinâmicas piracicabanas são reflexos das suas relações com outras regiões de dentro e fora do Estado de São Paulo, bem como os seus determinantes culturais, políticos, ideológicos e econômicos. Em suma, o singular não existe sem o universal,

---

\* DOI - 10.29388/978-65-6070-080-2-0-f.164-194

<sup>1</sup> O presente texto é um desdobramento da tese de doutorado realizada na Unicamp (Molina, 2016), artigo científico (Molina, 2021) e o livro “Agro, ditadura e Universidade” (Molina, 2023).

da mesma forma que o universal não se estabelece sem as múltiplas e contraditórias relações singulares (Molina, 2016).

As fontes históricas dessa investigação estão baseadas em diversos documentos encontrados no *campus* da Universidade de São Paulo, em Piracicaba, como são os acervos do Museu da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) e do Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” (CALQ). Ademais, consultamos os acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP), Centro Cultural Martha Watts da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e arquivos particulares. Na capital paulista, foi examinado o Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Desses acervos, foram coletados para a produção desse capítulo: fotografias, documentos oficiais da USP, documentos datilografados pelos estudantes, transmissões de fax entre políticos, jornais, revistas e os documentos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

## **Introdução**

Em 2024, completam-se 60 anos do “golpe de 1964”, um dos períodos mais traumáticos da História do Brasil. O governo democraticamente eleito de João Goulart foi deposto por forças golpistas das forças armadas em aliança com parte de setores civis de classe média, como foi o empresariado, associações de donas de casa e a Igreja.

Esse movimento civil-militar era auxiliado por forças dos Estados Unidos, seja o pentágono, empresários e o governo pelo serviço civil de inteligência estrangeira, como é a Agência Central de Inteligência (CIA), e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

(USAID), como demonstraram diversos historiadores como Dreifuss (1981) e Arapiraca (1982).

Na época, os golpistas justificavam as operações como o único caminho para restabelecer a ordem no Brasil diante da crise econômica e o crescimento de movimentos sociais populares que reivindicavam direitos sociais dentro da ordem burguesa, como é a reforma agrária. Tais movimentos sociais eram acusados de serem comunistas e estarem tramando, junto a ex-União Soviética (URSS), uma revolução anticristã em solo brasileiro, ainda que provas do suposto plano internacional de “invasão” do Brasil e destruição da “família tradicional” nunca tenham sido apresentadas, mas forjadas e construídas por meio de terror psicológicos pela máquina de propaganda de aparelhos privados de hegemonia da burguesia, como foi especialmente o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

O IBAD se caracterizava pela atuação na rádio, televisão e imprensa, ficando também famoso por interferir nas eleições no Brasil, pelo financiamento internacional de candidatos golpistas, o que resultou em uma Comissão Parlamentar de Inquérito que provou os seus crimes e forçou a dissolução do IBAD em 1963.

Outra frente de atuação dos golpistas foi o IPES, que teve maiores habilidades de atuação e não foi dissolvida, tendo atuado até 1971 pela presença de empresários multinacionais com a Escola Superior de Guerra. A sua principal atuação foi no âmbito educacional, escolarizada e não escolarizada.

Embora as entidades golpistas da classe dominante lutassem contra as organizações dos trabalhadores, partidos, sindicatos e movimentos sociais, muitos pleitos eleitorais e lutas parlamentares eram favoráveis para essas entidades

contra hegemônicas. Um exemplo disso, é que em 1963 foi aprovada a Lei nº 4.214, que instaurou o Estatuto do Trabalhador Rural que garantia, pela primeira vez na História do Brasil, direitos trabalhistas para os camponeses.

Ao mesmo tempo, os estudantes também estavam organizados lutando pela democratização da educação por meio da reforma universitária, pois as universidades públicas eram extremamente elitistas e se pretendia transformar as universidades em espaço populares, nas quais o ensino, a pesquisa e a extensão estivessem atrelados aos interesses de toda a sociedade brasileira, ligando a reforma universitária às outras reivindicações democráticas pelas reformas de base (agrária, fiscal, educacional, urbana, bancária e eleitoral).

A principal entidade representativa dos estudantes era a União Nacional dos Estudantes (UNE), que “havia se manifestado e comprometido com ideias, princípios e reivindicações que questionavam os projetos econômicos e sociais”, (Sanfelice, 2008, p. 73) e lutavam contra a presença do imperialismo no Brasil. No período pré-golpe, destacam-se os debates sobre a reforma universitária promovidos pela UNE de 1961 a 1963, no contexto das “reformas de base” e com uma “UNE voltante”, que, junto ao Centro Popular de Cultura (CPC), percorria todo o Brasil, disseminando movimentos de cultura popular.

Em decorrência da hegemonia de tendências políticas e ideológicas da esquerda entre 1956 e 1964, conhecida como “a UNE à esquerda”, esses estudantes sofreram perseguição da direita e da extrema-direita ideológicas e políticas que já atuavam de forma agressiva e ilegal no período anterior a ditadura.

Foi nesse contexto anterior ao golpe, mais precisamente em março de 1964, que em Piracicaba se registrou o

“sequestro” de um estudante da Esalq/USP de Piracicaba, por forças reacionárias da própria Esalq. Paulo Marcomini era estudante calouro da agronomia e militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ele foi detido e submetido a trotes por veteranos, que apreenderam os seus pertences pessoais, como livros de esquerda e entregue para a direção da escola. O diretor da época era Hugo de Almeida Leme, que entregou o calouro comunista para a Polícia, mesmo tratando-se de um contexto anterior ao regime ditatorial. Portanto, o caso “Marcomini”, como ficou conhecido o episódio, foi estudado na tese de doutorado do autor (Molina, 2016) e demonstrou que a repressão antidemocrática já ocorria muito antes da instauração da ditadura.

Pela incapacidade de vencer nacionalmente os pleitos eleitorais na ordem democrática<sup>2</sup>, as forças reacionárias colocaram em prática a violência fascista e o golpe de abril de 1964, instaurando uma ditadura de 21 anos no Brasil.

Após o golpe de abril de 1964 e o incêndio criminoso da sede da UNE no Rio de Janeiro, o movimento estudantil radicalizou-se e passou a combater a ditadura. Nesse contexto, as teses da UNE eram orientadas pelo referencial teórico marxista, anti-imperialista e buscou-se realizar uma aliança estratégica e tática com os camponeses e operários, visando a derrubada do regime antidemocrático (Sanfelice, 2008).

Nos 21 anos de ditadura, o movimento estudantil teve diversas fases de lutas, os períodos de radicalização, desorganização, reorganização, ação popular, guerrilhas e clandestinidade. Nesses diferentes momentos, eles sofreram uma brutal repressão, que resultou na destruição da sede da

---

<sup>2</sup> Ordem democrática restrita e extremamente limitada, com o partido comunista (PCB) na ilegalidade.

entidade estudantil, assassinatos, prisões e torturas (Sanfelice, 2008).

Após essa breve introdução sobre o contexto nacional do golpe civil-militar de 1964, os próximos tópicos se atentarão para as particularidades do movimento no interior paulista, especialmente na cidade de Piracicaba.

A cidade de Piracicaba foi importante para o Movimento Estudantil brasileiro, reunindo no contexto da ditadura as oposições ao regime, fomentando rebeliões e sediando dois grandes congressos que foram fundamentais para a rearticulação dos estudantes em nível nacional e para fomentar a luta pela volta à democracia.

Durante a Ditadura, a cidade era um dos polos universitários mais complexos da América Latina, contemplada com os *campi* das estaduais paulistas: “Universidade de São Paulo” (USP), da “Universidade Estadual de Campinas” (Unicamp) e da Universidade Metodista (Unimep), de raízes protestantes dos Estados Unidos. Em decorrência desse capital cultural, educacional e científico, a cidade teve importância na vida universitária nacional, com considerável movimentação estudantil, que, aliás, já registrava, desde o início do século XX, organizações estudantis como o Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” (CALQ), fundado em 1909 (Molina, 2016).

Para organizar nossa exposição, dividimos a cronologia do movimento estudantil piracicabano em décadas, o que não significam “camisas de força”, pois o tempo histórico não é encaixado em padrões matemáticos, mas em dinâmicas sociais complexas.

## **Anos 1960 – piracicabanos contra o golpe civil-militar**

Durante a ditadura, uma das particularidades do Movimento Estudantil piracicabano foi proporcionada pela existência do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), instituição inaugurada em 1901 e, desde 1934, englobada pela Universidade de São Paulo.

Curiosamente, esse centro acadêmico piracicabano operou normalmente durante os 21 anos de ditadura, ao mesmo tempo em que ocorria forte repressão contra o Movimento Estudantil no Brasil com o fechamento de outros centros acadêmicos e a decretação da ilegalidade da UNE. A nossa pesquisa (Molina, 2016) diagnosticou, quatro fatores principais para essa característica do CALQ.

Em primeiro lugar, tratou-se de um centro acadêmico “rico” recebendo grande montante de verbas estatais e particulares, o que contribuiu para ser “autônomo”, visto que tinha uma grande sede física particular fora do *campus* universitário e com mais de 500 associados pagantes. A sede do CALQ era um prédio de três pavimentos, que tinha um grande anfiteatro usado para debates políticos e espetáculos culturais. Segundo Antônio Félix, ex-presidente, cerca de 80% dos estudantes da ESALQ eram sócios da entidade, que contavam com financiamentos do MEC, que possibilitavam o oferecimento de planos de saúde e aquisição de impressoras modernas (Molina, 2016).

Em segundo lugar, grande parte dos associados eram de alunos e ex-alunos, sendo que a origem de classes desses era predominantemente de filhos de grandes empresários e proprietários rurais, que haviam contribuído para o golpe,

junto de setores médios conservadores (políticos, militares e profissionais liberais).

Em terceiro lugar, o CALQ, em muitas oportunidades, teve a intervenção dos professores da Esalq e das forças armadas, sendo um centro acadêmico de estudantes dirigido por um capitão entre 1949 e 1950<sup>3</sup>.

A quarta característica singular foi o apoio e alinhamento político do CALQ com os golpistas de abril de 1964 e os primeiros anos da ditadura, o que colocou o centro acadêmico como aliado dos militares, embora parte dos estudantes não concordassem com essa postura da entidade (Molina, 2016).

Com o endurecimento do golpe de 1964 e o fechamento completo para a participação democrática de forças hostis a ditadura, houve uma mudança de postura por parte de algumas forças civis, que, inicialmente, apoiaram o golpe de 1964. Essas forças passaram a criticar o regime e a se organizar politicamente em busca da retomada da democracia, que havia sido suprimida desde abril de 1964 por atos institucionais e decretos-leis promulgados pelos generais.

Em 1966, surgiu a Frente Ampla, uma coalizão que reunia diversas forças políticas, desde Carlos Lacerda (UDN) até João Goulart (PTB). Além disso, a Frente Ampla contava com a participação de grupos religiosos, jornalistas, artistas e estudantes. O Centro Acadêmico (CALQ), em Piracicaba, também não ficou indiferente a essa tentativa de restauração da democracia no Brasil. Naquela época, o país enfrentava desafios econômicos e uma repressão cada vez mais intensa sob a gestão ditatorial do general Castelo Branco (Gaspari, 2014).

---

<sup>3</sup> Cabe lembrar que, nesse período, o Presidente da República também era um militar, o marechal Eurico Gaspar Dutra (Molina, 2017).

Na antiga sede do CALQ, em um moderno prédio de 3 andares localizado no centro de Piracicaba, ocorriam, frequentemente, encontros da chamada “Frente Ampla”. Esses eventos contavam com a presença de convidados especiais, como o deputado e líder do MDB, Mário Covas, e os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros, que haviam tido os seus direitos políticos cassados. Documentos históricos revelam que espões do regime militar também frequentavam essas palestras. De maneira irônica, os estudantes do CALQ costumavam cumprimentar esses agentes secretos, incluindo o inspetor Paulo de Camargo, o delegado Joseph Cella (do DEOPS) e o tenente Alfredo Mansur (do SNI), pelas suas “discretas” presenças nas atividades do centro acadêmico.

No contexto de resistência à ditadura, o Movimento Estudantil de Piracicaba organizou uma grande passeata em 21 de setembro de 1966. Os estudantes planejaram sair das escolas e universidades para se encontrarem na praça José Bonifácio, localizada bem no centro da cidade. Essa manifestação foi um protesto contra a prisão de 176 colegas na capital paulista em 7 de setembro (Polacow, 2014).

Após o encontro na praça central, estava programada uma grande passeata unificada pelas principais ruas da cidade. No entanto, simultaneamente, a ditadura declarou a ilegalidade da passeata pacífica e ordenou a repressão aos atos estudantis. Para isso, militares da cavalaria do 5º Grupamento de Canhões Antiaéreos do Exército de Campinas foram deslocados para Piracicaba (Polacow, 2014).

Os estudantes, após a chegada da cavalaria campineira, ficaram refugiados dentro da catedral. Após a calmaria dos ânimos, algo surpreendente aconteceu: os estudantes saíram da igreja, protegidos pelo bispo Aníger

Melillo<sup>4</sup>, que se posicionou à frente deles como um escudo humano. A esse grupo corajoso, juntaram-se outros religiosos e cidadãos comuns nas ruas, unidos pelo propósito de realizar a passeata.

Após o ocorrido, o grupo de estudantes e cidadãos conseguiu realizar a passeata, apesar da forte tensão e da vigilância imposta pelas autoridades. No dia seguinte, em 22 de setembro, após uma assembleia, os estudantes publicaram uma nota no jornal de Piracicaba. Nessa nota, eles celebravam o êxito da passeata e expressavam a sua gratidão ao bispo Aníger Melillo, então líder da diocese de Piracicaba, bem como ao apoio popular que haviam recebido. Esse apoio foi fundamental para a “vitória maiúscula” alcançada pelos estudantes. Além disso, no mesmo documento, eles repudiaram as ações autoritárias das forças policiais da ditadura e convocaram uma assembleia geral permanente dos “Universitários de Piracicaba” (Universitário de Piracicaba, 1966). Desafiando a cavalaria do Exército e a polícia, eles transformaram esse ato em um símbolo de resistência das forças democráticas de Piracicaba contra a ditadura, embora o contexto fosse marcado por perseguições, prisões, torturas e assassinatos de opositores políticos<sup>5</sup> (Arns, 1985).

Em 1968, após o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto pelas mãos da ditadura, as manifestações de massa ganharam força nas ruas. Especialmente na cidade do Rio de Janeiro, parte da população começou a aderir às passeatas, embora essas fossem sempre reprimidas violentamente pela polícia militar. No interior paulista, a situação não era di-

---

<sup>4</sup> Dom Aníger Melillo trabalhava em comunhão com a Unimep e a Igreja Metodista em “[...] eventos, concelebrações ecumênicas e atividades de defesa da democracia” (Dana, 2014, p. 172).

<sup>5</sup> Pelo menos 1.918 prisioneiros políticos atestaram terem sido torturados entre 1964 e 1979 (Arns, 1985).

ferente. João Herrmann Netto<sup>6</sup>, presidentes do Centro Acadêmico Luiz de Queiroz (CALQ), relatou que em 1968, os estudantes da cidade também enfrentaram agressões físicas e verbais ao realizarem manifestações pacíficas contra a ditadura. Um momento significativo foi a passeata realizada em solidariedade ao colega assassinado no Rio de Janeiro, o estudante secundarista Edson Luís, que foi baleado no peito pela Polícia Militar dentro do Restaurante Central dos Estudantes, conhecido como o antigo “Calabouço” (Herrmann Netto, 1996).

Segundo Herrmann Neto (1996), na década de 1960, mesmo sob a repressão oficial e paramilitar, os estudantes caipiras não se curvaram à ditadura e persistiram em promover debates democráticos. Em Piracicaba, houve diversas outras manifestações estudantis, como a defesa da reforma universitária e o repúdio ao Decreto-lei nº 477, conhecido como o “AI5 das Universidades”. Esse decreto previa punições para professores, alunos e funcionários suspeitos de subversão contra o regime, o que restringia a produção de conhecimento crítico e livre. Além disso, os estudantes de Piracicaba também participaram clandestinamente do congresso da UNE em Ibiúna (SP), em outubro de 1968.

Embora a UNE tenha sido colocada na ilegalidade, em 1964, o ápice dos confrontos com a ditadura foi em 1968, quando o Ato Institucional 5 (AI-5) foi instaurado. Nesse contexto de exceção, o Movimento Estudantil sofreu forte refluxo, com diversas dificuldades de operar na clandestinidade. Um exemplo claro dessas dificuldades foi a realização do 30º Congresso da UNE em um sítio em Ibiúna,

---

<sup>6</sup> Falecido em 12/04/2009, foi prefeito de Piracicaba e cinco vezes deputado federal. Integrou os partidos PMDB, PPS, PSB e o PDT.

interior paulista, resultando na prisão de ao menos mil estudantes.

Esses ataques culminaram em desorganização, desarticulação e divisão do Movimento Estudantil. No entanto, apesar da perseguição, os estudantes continuaram atuando na clandestinidade contra o regime antidemocrático e passaram a fomentar alianças programáticas com os movimentos de trabalhadores da cidade, do campo e alguns setores progressistas da igreja, especialmente os ligados à Teologia da Libertação (Sanfelice, 2008).

## **Anos 70 – a ditadura e a resistência no interior**

Após a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), o Estado brasileiro intensificou a repressão à oposição política e implementou medidas de arrocho salarial contra a classe trabalhadora. Aproveitando empréstimos internacionais do Banco Mundial, obtidos graças ao alinhamento político e ideológico com Washington, os ditadores conseguiram impulsionar o chamado “Milagre brasileiro”, período em que a economia crescia e a população se sentia otimista, especialmente pelo ufanismo patriótico que foi alimentado pela máquina de propaganda estatal, operada pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), contribuindo para um clima de apatia social em todo o país. Enquanto as classes populares se distraíam com cerveja, samba e futebol, a classe média desfrutava dos seus modernos eletrodomésticos e automóveis.

Enquanto a seleção brasileira de futebol conquistava o título mundial de 1970 e a festa era generalizada, a guerrilha rural do Araguaia, promovida pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), estava sendo desmantelada pelas forças armadas. Em Piracicaba, a repressão não foi diferente. Luiz

Hirata, também conhecido pelos colegas da agronomia (Esalq/USP) como “Lua”, precisou fugir da escola no último ano do seu curso. Mesmo enfrentando forte monitoramento e perseguição, Hirata, que fazia parte da resistência da Ação Popular (AP), entrou na clandestinidade para a sua sobrevivência. No entanto, não foi capaz de fugir e sobreviver à equipe do delegado Fleury do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), pois foi assassinado pelos agentes policiais em 16 de dezembro de 1971 na sede do DEOPS, após várias sessões de tortura.

Apesar das pesadas consequências do AI-5 para os setores que lutavam pelo retorno dos direitos políticos pela democracia<sup>7</sup>, isso não significou o fim do Movimento Estudantil em Piracicaba. Em 1974, os estudantes “vermelhos” realizaram protestos contra a visita do ministro da Educação Jarbas Passarinho à cidade.

Na ocasião dessas manifestações na praça José Bonifácio, as principais pautas eram relativas à necessidade de maiores investimentos na educação pública e contra o regime ditatorial. Durante os atos, foi denunciada a presença de infiltrados da polícia que procuravam compelir radicalismos entre os estudantes para promover atos de vandalismo, pois assim seria possível identificar as lideranças, o que facilitaria as investigações dos órgãos de inteligência para posterior repressão ao movimento estudantil<sup>8</sup> (Campos, 2012).

---

<sup>7</sup> Os setores que lutavam pela democracia eram amplos. Grosso modo, existiam aqueles que acreditavam na luta armada e a instauração da democracia sob a égide do socialismo (guerrilheiros) até aqueles que lutavam pela volta da democracia liberal dentro dos marcos do capitalismo, esse último procurou lutar politicamente sem o uso de armas, como foram os sindicalistas.

<sup>8</sup> Outro fotógrafo que cobriu as manifestações políticas da época em Piracicaba foi Christiano Diehl, que também afirmou: “[...] havia muitos homens da polícia infiltrados nas universidades, principalmente na Esalq [...] eu tinha um primo que era sargento, no 5º GCan em Campinas, e ele me dizia que havia policiais

Em 1974, um marco significativo para a resistência “caipiracicabana” foi a oficialização do Salão Internacional de Humor de Piracicaba. Esse evento, que ainda está em atividade, utiliza as artes plásticas e o desenho de maneira crítica, com o objetivo de satirizar o *status quo*. Naquela época, o conteúdo do Salão confrontava uma ditadura decadente, composta por forças militares e grandes empresários. O salão foi idealizado por piracicabanos, com o apoio de renomados artistas nacionais, como Henfil, Ziraldo, Millôr Fernandes e Jaguar. Essa iniciativa não apenas promoveu a expressão artística, mas também contribuiu para a contra-hegemonia política e as tentativas de abertura democrática no Brasil. O Salão Internacional de Humor de Piracicaba continua a ser uma vitrine do mundo, retratando acontecimentos globais pelas obras enviadas por artistas, muitas vezes expressando o que não podiam dizer livremente nos seus próprios países. Frequentemente, o humor é tolerado.

No entanto, embora o clima fosse de abertura promovida por Ernesto Geisel, a repressão continuava trabalhando intensamente. Em 1975, os professores da Esalq, Oriowaldo Queda, Rodolfo Hoffmann e Ondalva Serrano, foram entregues como “subversivos” pelo diretor Salim Simão e o chefe departamental Joaquim Engler, por serem críticos à ditadura e favoráveis à democracia e à reforma agrária (Elias, 2004).

Embora esse grupo de professores tenha sido delatado para os aparatos de repressão, eles conseguiram sair com vida. A mesma sorte não teve o jornalista Vladimir

---

infiltrados na Esalq, nos movimentos estudantis e DCEs. Era assim que agiam” (Diehl, 2012).

Herzog<sup>9</sup>, que foi assassinado na sede do DEOPS nesse mesmo ano.

De acordo com registros do DEOPS em 1975, diante do cenário opressor do regime, o CALQ organizou manifestações públicas. Um desses atos consistiu em coordenar com a Igreja Católica a realização de uma missa de sétimo dia em homenagem a Herzog. Essa iniciativa despertou a ira dos órgãos de vigilância, uma vez que se tratava de um evento público ilegal, mesmo ocorrendo dentro de um espaço sagrado.

Os espões estavam particularmente preocupados com o deputado João Pacheco Chaves (MDB) e o estudante Antônio Felix Domingues, que era o presidente do CALQ durante o período de 1975. Segundo relatos do detetive que monitorava os estudantes, a missa foi encomendada pelo CALQ e celebrada pelo bispo Dom Aníger Maria Melillo na Catedral de Santo Antônio, contando com a presença de estudantes, políticos e populares.

Entretanto, embora os espões estivessem monitorando a missa, a principal preocupação residia na investigação da conexão entre o movimento estudantil de Piracicaba e os movimentos nacionais que paralisavam as universidades em protesto pelo assassinato de Herzog. Conforme relatado pelo agente do DOPS, em novembro de 1975, as paralisações haviam afetado 14 universidades, mas em Piracicaba, apenas os alunos da ESALQ haviam aderido entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro.

Analisando os documentos do DOPS, podemos constatar que, especialmente após o AI-5 de 1968, houve uma extensa operação para identificar elementos supostamente “sub-

---

<sup>9</sup> Diretor do departamento de telejornalismo da TV Cultura. Na época, para acobertar o crime de assassinato, o órgão de repressão forjou uma cena de suicídio (Markun, 1985).

versivos”. O objetivo dessa operação era realizar a chamada “limpeza nacional”, um ciclo repressivo, que se estendeu até os últimos dias da ditadura militar.

Segundo o relatório final da Comissão da verdade (Brasil, 2014), essa atividade, tanto militar quanto paramilitar, contou também com o apoio de empresários civis, como o grupo Folha, a Ultragaz, Ford, General Motors, Camargo Corrêa, Objetivo, Nestlé, General Electric, Mercedes Benz, Siemens e Light. Um número incerto de empresários paulistas também contribuiu, já que a arrecadação de recursos contava com o apoio ativo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Esse clima de “caça às bruxas” também afetou profundamente as manifestações culturais, incluindo o Teatro Universitário “Luiz de Queiroz” (TULQ). Os ensaios e os espetáculos artísticos dos estudantes foram dificultados, pois a censura também se estendia ao meio acadêmico, resultando em prisões, aposentadorias compulsórias e até mesmo apreensão de livros. Apesar desse cenário de vigilância, os estudantes não se deixaram intimidar. Eles organizaram diversas apresentações em colaboração com a classe artística local e nacional. Essas iniciativas possibilitaram a celebração de peças teatrais, exposições e concertos musicais. Destacamos a presença notável de artistas como Raul Cortez, do conjunto MPB4, e até mesmo Gilberto Gil. Muitos desses espetáculos ocorriam no anfiteatro da sede do CALQ, localizada no centro de Piracicaba. A renda obtida com esses eventos contribuía para a manutenção do Centro Acadêmico. (CALQ, 1975).

## **Anos 1980, piracicabanos na vanguarda na abertura democrática. A UNE em pira!**

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980, várias personalidades, instituições e organizações civis que anteriormente apoiaram o golpe civil-militar de 1964 e a subsequente ditadura começaram a expressar insatisfação com a gestão econômica e política do regime. Até mesmo setores conservadores da burguesia iniciaram um processo de desvinculação do bloco de apoio ao governo militar.

O crescente endividamento, a inflação descontrolada e o aumento das disparidades sociais no país contribuíram para a formação de forças políticas que buscavam a abertura democrática (entre 1974 e 1988), a promulgação da Lei de Anistia (em 1979), a realização da Assembleia Constituinte (entre 1987 e 1988) e culminaram na primeira eleição direta para presidente em 1989. No entanto, todos esses processos foram conduzidos de maneira conservadora pelos generais, seguindo a estratégia “lenta, gradual e segura”, durante as gestões dos presidentes militares Geisel e Figueiredo, bem como do presidente civil Sarney. No entanto, do ponto de vista político, segundo Netto (2014): “não foi a força da oposição a impulsionadora da distensão, antes, ao contrário, foi sua fraqueza”. Em outras palavras, após o extermínio dos grupos combativos de esquerda e a domesticação das divergências moderadas dentro da estrutura de poder orquestrada pelos militares (MDB), os generais se sentiam mais seguros para abrir o planalto para os civis, desde que alinhados à ordem.

No contexto da abertura política, a cidade de Piracicaba, pela sua prefeitura, da Unimep e do movimento estudantil, desempenhou um papel fundamental na reorganização

do movimento estudantil em nível nacional. A cidade ofereceu apoio e infraestrutura para a realização de dois grandes congressos da UNE entre os anos de 1980 e 1982, quando Piracicaba recebeu dezenas de milhares de estudantes de todo o Brasil.

Apesar dos eventos serem celebrados pacificamente, o grupo CCC (Comando de Caça aos Comunistas) realizava ameaças terroristas com bombas. Eles produziam panfletos e faziam ligações telefônicas ameaçando explodir bombas durante os eventos públicos da UNE em Piracicaba (Vicentini, 2014).

Em nível nacional, essas táticas terroristas ficaram famosas com o atentado do “Rio Centro” em 1981, quando militares do exército pertencentes a grupos “linha dura” explodiram bombas, causando mortes, especialmente no festival que estava celebrando o Dia do Trabalhador (Sallum, 1994).

Em 1980, em Piracicaba, enquanto a tensão aumentava devido às ameaças de atentados com bombas, as residências do bispo metodista Oswaldo Dias da Silva e do professor José Américo Morelli foram invadidas de forma violenta. Isso levou à implementação de esquemas de segurança envolvendo professores, religiosos e estudantes. Os grupos responsáveis pela segurança do 32º Congresso da UNE em Piracicaba estavam especialmente preocupados com o reitor Elias Boaventura da Unimep e a sua família. Diante das ameaças e dos atos concretos perpetrados pelas forças terroristas, a segurança deles foi reforçada. No entanto, isso não significou nenhum tipo de recuo. Como afirmou Boaventura: “[...] se pretendemos nos firmar como universidade alternativa e já estamos causando inquietação na

cidade, devemos seguir em frente para perturbar o Estado e incomodar o país” (Ameaças não impedirão..., 1980).

Nessa época, os agentes policiais conduziram uma extensa investigação sobre a organização do 32º Congresso da UNE, realizado em 1980. Durante, aproximadamente, dois meses, eles monitoraram diversos aspectos, incluindo refeições, delegados estudantis, observadores do evento e até mesmo a distribuição de alojamentos por gênero. Essa divisão era coordenada pela Comissão de Alojamento, que envolvia acadêmicos da Unimep (DCE e reitoria) e do CALQ.

Segundo os relatos dos policiais, o congresso previa a participação de 35.000 delegados da UNE. Dentre esse total, 3.500 seriam acomodados em um prédio da prefeitura municipal, em colchões de espuma doados pela própria prefeitura. Além disso, 7.500 delegados seriam alojados em repúblicas de estudantes, enquanto 24.000 encontrariam hospedagem nos campi Centro e Taquaral da Unimep, em casas de moradores locais, hotéis, pousadas e no conjunto residencial dos estudantes da ESALQ (conhecido como a “Casa do Estudante”), que também voluntariamente abriu suas portas para o evento (Dops, 1980a).

Pelos informantes infiltrados no DCE/Unimep, os policiais descobriram que, além da reitoria da Unimep, a Fundação Municipal de Ensino (FUMEP) e a Câmara dos Vereadores de Piracicaba também estavam apoiando o movimento estudantil. Essas instituições forneciam ônibus de empresas particulares e municipais, bem como a Guarda Civil Municipal (GCM), para proteger contra possíveis distúrbios que preocupavam os organizadores do evento.

Essa preocupação levou o presidente da UNE, Ruy César Costa Silva, a se reunir com o secretário de Segurança de São Paulo para solicitar segurança adicional para o evento.

Isso ocorreu, porque ameaças terroristas da extrema-direita eram frequentes. Conforme o documento relata, a UNE reivindicaria a presença de especialistas em explosivos durante o Congresso (Dops, 1980b).

Em meio a uma atmosfera tensa, o 32º Congresso da UNE ocorreu em Piracicaba, reunindo cerca de 4.000 estudantes de todo o Brasil e América Latina. Essa quantidade se difere, significativamente, dos números estimados pela polícia, que previa a participação de mais de 35.000 estudantes. Os jovens foram calorosamente recebidos pelos habitantes de Piracicaba, graças ao apoio da prefeitura sob a gestão do prefeito Hermann Netto. Durante o evento, os estudantes tiveram “[...] à sua disposição todos os espaços da cidade - do Teatro Municipal ao Ginásio de Esportes e salas da Câmara Municipal” (Vicentini, 2014, p. 347).

Esse período marcou o início da reorganização nacional do movimento estudantil, após ter sido colocado na ilegalidade pelo golpe de 1964. Simultaneamente, enquanto a antiga sede da UNE na praia do Flamengo era demolida pelo presidente militar João Figueiredo, os universitários elegiam, em Piracicaba, Aldo Rebelo como o novo presidente durante o 32º Congresso da UNE, em 1980.

Durante o congresso, artistas nacionais demonstraram o seu apoio e viajaram até Piracicaba para realizar apresentações musicais, claramente em solidariedade aos estudantes e em prol da redemocratização do país. No dia da abertura do evento, subiram ao palco nomes como João Bosco, Gonzaguinha, Ivan Lins, Elba Ramalho, Sá e Guarabira (Dops, 1980c).

## **Pira mais uma vez! O 34º Congresso da UNE em 1982**

Em 1982, embalados pela lei da anistia, as greves no ABC paulista, a crise econômica que atingia o país com uma inflação acumulada de 99,7% ao ano e o desgastado governo militar do general João Figueiredo, a UNE decidiu aproveitar a reaglutinação das forças progressistas e a experiência positiva do Congresso de 1980 para realizar novamente em Piracicaba uma segunda versão do Congresso Nacional. Nesse evento, foram mantidas as forças e estruturas da Unimep e da prefeitura municipal, ainda sob a gestão de João Hermann. No entanto, os mesmos problemas enfrentados em 1980 se repetiram: ameaças de bombas e detenção de alguns estudantes e jornalistas.

Enquanto isso, em Brasília, bandas de protesto do rock nacional, como a Legião Urbana, surgiam. O inevitável fim do regime militar e a esperança de um país democrático eram celebrados pelos estudantes em Piracicaba, que carregavam faixas e bandeiras provocadoras. Algumas das mensagens nas faixas incluíam: “Basta com a corrupção”, “Chega de Biônico”, “Constituinte já”, “Pelo fim do regime militar”, “Pelas amplas liberdades democráticas” e “Contra o governo da fome, repressão e entreguismo”. Além disso, eram celebrados os 45 anos de luta pelo ensino público e gratuito (Vicentini, 2014, p. 343).

Enquanto o evento transcorria em um clima festivo, os estudantes e apoiadores não tinham conhecimento de que uma estrutura de repressão estava sendo montada nas proximidades. Documentos revelados pela jornalista Beatriz Vicentini (Elias, 2004) e revisitados por esta pesquisa mostram que a ditadura havia preparado uma grande estrutura de repressão

e inteligência para intervir no evento estudantil, muito mais abrangente do que em 1980. Essas movimentações da repressão contavam com agentes especiais de diversas divisões da ditadura, desde o Exército até as polícias estaduais. Bases operacionais foram montadas em diversos locais da zona rural de Piracicaba, próximos à área urbana.

Apesar da aparente tranquilidade proporcionada pelo interior paulista, as movimentações da repressão contavam com agentes especiais de diversas divisões da ditadura, desde o Exército até as polícias estaduais. Para isso, foram montadas bases operacionais em diversos locais da zona rural de Piracicaba, próximos à área urbana.

Embora as eleições presidenciais estivessem previstas apenas para 1989 e os militares impusessem uma série de condições para a reabertura democrática, no momento da realização da segunda edição do congresso da UNE em Piracicaba, em 1982, a ditadura já demonstrava seu esgotamento. Isso muitas vezes despertava a “ira” da famigerada “linha dura”, que resistia aos caminhos democráticos em curso.

Segundo as fontes primárias consultadas nos arquivos do DOPS de São Paulo em 1982, oito grupos de repressão, busca e inteligência foram mobilizados e enviados para estudar as movimentações políticas do evento estudantil da UNE em Piracicaba. Esses grupos incluíam agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CIM), Serviço Nacional de Informações (SNI), Delegacia de Polícia Federal (DPF), Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), II Exército e a 11ª Brigada de Infantaria Blindada de Campinas (BDA). Além disso, até arapongas do Ministério da Educação estavam envolvidos.

Sob o comando do general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, do II Exército, as equipes de busca, compostas por espiões, carros especiais e agentes armados coletavam informações que eram enviadas para as bases de operações na zona rural de Piracicaba. Essas bases também concentravam agentes especiais da inteligência da polícia do Estado de São Paulo e das oito divisões das forças armadas mencionadas anteriormente. Após a coleta e a primeira análise, as informações eram transmitidas via telex para o IV Comando Aéreo em Viracopos ou enviadas por malote para a 11ª Brigada de Infantaria Blindada de Campinas.

Os documentos revelados demonstram que os militares batizaram essa campanha de “Operação Pira”. Ela atuou antes e durante o congresso da UNE, com o objetivo de vigiar o evento e as relações dos estudantes com os partidos de oposição ao regime. Vale ressaltar que a cidade de Piracicaba foi um ponto de encontro nacional em 1980 e 1982 para estudantes e outros políticos de resistência à ditadura.

Uma das principais preocupações dos espiões estava relacionada às conexões desses movimentos estudantis com as eleições gerais para governadores em novembro de 1982. Essas foram as primeiras eleições abertas para governadores de estados desde a imposição do AI-2, em 1965.

Durante o 34º Congresso da UNE, os agentes estavam atentos a reuniões paralelas ao evento, buscando vigiar as organizações. A recomendação para a “Operação Pira” era evitar conversar com os guardas municipais que protegiam o evento por determinação do prefeito Hermann Netto. Além disso, eles não deveriam portar identificações militares, fingindo trabalhar como jornalistas. Na visão do general Carlos Gomes, que comandava a campanha, dois terços dos quase

4.000 estudantes presentes no evento de 1982 em Piracicaba eram compostos por elementos subversivos (Godoy, 2014).

Compreende-se que o esquema meticulosamente montado pelos militares em Piracicaba tinha dois objetivos principais. Primeiramente, buscava influenciar as eleições para favorecer os candidatos alinhados à ditadura. Em segundo lugar, visava-se dificultar a abertura democrática, uma vez que setores da extrema-direita militar, também conhecidos como “linha dura”, estavam insatisfeitos com o processo de democratização e “[...] buscavam garantir um controle que lhes escapava às mãos” (Elias, 2004, p. 78).

Apesar desses desafios, o evento estudantil no interior paulista obteve sucesso mais uma vez. Durante a nova edição, realizada entre 30 de setembro e 3 de outubro de 1982, o 34º Congresso da UNE elegeu a primeira mulher como presidente da entidade: a estudante de ciências sociais, Clara Araújo, natural de Teofilândia e acadêmica da Universidade Federal da Bahia.

Após os eventos em Piracicaba, o movimento estudantil continuou lutando pelo retorno da democracia no Brasil. Houve a participação das manifestações “Diretas Já” (1983-1984), a contribuição para a Assembleia Constituinte (1987-1988) e, finalmente, nas primeiras eleições diretas para presidente em 1989, após 25 anos desde o golpe de 1964, os brasileiros puderam escolher o seu representante máximo nas urnas.

## **Considerações finais**

O nosso estudo revelou que o movimento estudantil enfrentou perseguição, repressão e esteve muito tempo na ilegalidade, forçando dinâmicas clandestinas. No interior pau-

lista, a cidade de Piracicaba não foi exceção. Como mencionado nos nossos referenciais teóricos e metodológicos, Piracicaba esteve conectada às lutas nacionais e por isso não era uma ilha isolada.

O Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz” (CALQ), por exemplo, apresentou uma contradição marcante. O CALQ apoiou, oficialmente, o golpe de 1964, mas também lutou contra a ditadura. A postura dos centros acadêmicos variava conforme a gestão e o contexto histórico. Outras instituições, como a Igreja Católica, também oscilaram entre apoiar o golpe e proteger os estudantes nos seus protestos.

Apesar de ser historicamente uma cidade conservadora, com influência do Partido Republicano Paulista, Piracicaba se consolidou como um centro universitário, científico e estudantil de relevância nacional. A cidade protagonizou diversas lutas de resistência ao golpe civil-militar de 1964 e à ditadura. Especialmente na década de 1980, contribuiu para a abertura democrática no país, graças a uma gestão progressista da Unimep e da prefeitura municipal, que deram bases para grandes movimentações. A repressão, no entanto, persistiu em vigiar e reprimir os acadêmicos e militantes.

Conclui-se que, embora o movimento estudantil do interior tenha as suas particularidades, o de Piracicaba também desempenhou um papel importante na retomada das liberdades no Brasil, seja como resistência ou oposição à ditadura.

## Referências

ALBUQUERQUE, C. Militares: revolução necessária e continência ao GCan. *In*: VICENTINI, B. H. (org.). **Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2014. p. 202-217

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, dez 2007.

ARAPIRACA, José Oliveira. A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. Editora Autores Associados, 1982.

ARNS, P. E. **Brasil: nunca mais**. São Paulo, SP: Arquidiocese de São Paulo, 1985.

BASTOS, P. P. Z.; BARONE, R. S.; MATTOS, F. A. M. A distribuição de renda durante o “milagre econômico” brasileiro: um balanço da controvérsia. **Texto Para Discussão**, Campinas, n. 251, p.1 fev 2015.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos (Relatório da Comissão Nacional da Verdade)**. Brasília, DF: CNV, 2014. v. 3

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, 2014b. v. 2.

CALQ. **Ofícios burocráticos do Centro Acadêmico “Luiz de Queiroz”, gestão de 1974-75, Piracicaba/SP**. Piracicaba: Acervo do CALQ/ESALQ/USP, 1975. p. 7

CAMPOS, N. **Estudantes “vermelhos” protestando** - Fotografando onde o peixe para. Disponível em: <https://fotografandoondeoixepara.wordpress.com/2011/05/15/nelson-campos>. Acesso em: 31 mar. 2014.

DANA, O. A cruz, a farda e a traição. *In*: VICENTINI, B. H. (org.). **Piracicaba, 1964: golpe militar no interior**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2014.

DIEHL, C. Fotografando onde o peixe para. *In*: Congresso da UNE em Piracicaba, Piracicaba, 2012. **Anais...** Piracicaba: UNE, 2012. Disponível em: <https://fotografandoondeopeixe-para.wordpress.com/2012/03/31/christiano-diehl/>. Acesso em: 31 mar. 2012.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 50Z2612221. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1975.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 20C-44-13767. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1980a.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 20C-44-13768. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1980b.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 20-C-44-13871. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1980c.

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social. **Documento sob matrícula:** 50-Z-45200. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo/SP, 1982.

DREIFUSS, R. A. **1964:** a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

ELIAS, B. Operação Pira. **Revista ADUSP**, v. 33, n. 10, p. 75, out 2004. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/33/r33a12.pdf>. Acesso em: 20 jan 2025.

FICO, C. **O grande irmão:** da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2008.

FIGUEIRÊDO, A. K. **Ativismo negro em Salvador no período da Ditadura Militar (1970-1980)**. Orientador: Antônio Pires. f.195 Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, ano.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Intrínseca, 2014.

GODOY, M. A. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar - história, documentos e depoimentos inéditos dos agentes do regime**. São Paulo, SP: Alameda, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2002. v. 5

HERRMANN NETTO, J. [Para] João Pedro Godinho. Piracicaba, SP. **Ameaças não Impedirão realização do Congresso da UNE**. Acervo do Museu “Luiz de Queiroz”, 1996.

JORNAL “O DIÁRIO”, 1980. Disponível em: <http://acervoshistoricos.blogspot.com/2017/09/o-congresso-da-une-em-piracicaba.html>. Acesso em: 20 jan 2025

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Almanaque da década de 1980**. 2016. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro80.htm>. Acesso em: 20 jul 2016.

MARKUN, P. **Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985.

MATOS, H. Governo Médici: discurso oculto na comunicação institucional: o caso AERPI. *In*: MOURA, C. (org.).

**História das relações públicas: fragmentos da memória de uma área.** Porto Alegre, RS: Edipucrs, 2008. p. 170-193

MIRANDA, N.; TIBURCIO, C. **Dos filhos deste solo.** São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MOLINA, R. S. **Ditadura, agricultura e educação: a ESALQ/USP e a modernização conservadora do campo brasileiro (1964 a 1985).** Orientador: José Luís Sanfelice 2016. F.492. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Estudantes lutando pela liberdade: a resistência e o combate à ditadura, Piracicaba/SP-1964 a 1982. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá v. 21, p. e156, jan 2020.

MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2014.

NETTO, J.P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo, SP: Cortez, 2014.

PESTANA, M. M. **Ampliação seletiva do Estado e remoções de favelas no Rio de Janeiro: embates entre empresário do setor imobiliário e movimento de favelados (1957-1973).** Orientador: Marcelo Badaró Matos. 2018. f.374 Tese. Doutorado em História - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PFROMM NETTO, S. **Dicionário de piracicabanos.** São Paulo, SP: PNA, 2013.

PIRES, T. R. O. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054-1079, jun 2018.

POLACOW, P. O. Piracicaba sai às ruas: a Marcha da família com Deus pela liberdade (1964) e o protesto dos estudantes (1966). In: VICENTINI, B. H. (org.). **Piracicaba, 1964: o golpe militar no interior**. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2014. p. 140-169

SALLUM, J. B. Transição política e crise de Estado. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 32, p. 133-167, abr 1994.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SANTANA, F. A. **A atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1984**. Orientador: Ulysses Guariba Netto. f.249 Dissertação (Mestrado Em História - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SIQUEIRA, M. N. O movimento estudantil na Guanabara de 1964 a 1968: contexto, objetivos, estratégias e consequências. **Revista Diálogos**, v. 15, n. 2, p. 311, mai-ago 2011.

TOUSSAINT, É. Golpe militar de 1964: o apoio de Washington, FMI e Banco Mundial. **Revista Movimento**, São Paulo, v. 11, abr. 2019. Disponível em: <https://movimento-revista.com.br/2019/04/golpe-militar-de-1964-o-apoio-de-washington-fmi-e-banco-mundial>. Acesso em: 21 jan 2025.

UNIVERSITÁRIOS DE PIRACICABA. 1966. Proteção do bispo Aníger Melillo. **Jornal de Piracicaba**, p. 1. Acervo do IHGP.

VICENTINI, B. H. (org.). **Piracicaba, 1964**: o golpe militar no interior. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 2014.